

O ESPETÁCULO DA DEMOCRACIA E DA INDÚSTRIA CULTURAL: UMA ANÁLISE DO REFINAMENTO DA REPRODUÇÃO IDEOLÓGICA DO CAPITALISMO

THE SPECTACLE OF DEMOCRACY AND THE CULTURAL INDUSTRY: AN ANALYSIS OF
THE REFINEMENT OF IDEOLOGICAL REPRODUCTION IN MODERN CAPITALISM

*Carlos Raphael Oliveira do Rego; Ceci Penido da Cunha; Gisele da Silva Rodrigues; Luisa Machado de Siqueira; Maryalua Meyer Padilha Silva; Marianna Teixeira.**

Cite este artigo: DO REGO, Carlos Raphael Oliveira *et al.* O espetáculo da democracia e da indústria cultural: uma análise do refinamento da reprodução ideológica do capitalismo.

Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.33-43, Agosto. 2017. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Agosto. 2017.

Resumo: O artigo propõe uma abordagem crítica da reprodução ideológica do capitalismo no último século, dando ênfase no aprimoramento de suas estratégias e consequente controle das subjetividades de modo a se impor enquanto ordem social. Sendo assim, o espetáculo, conceito elaborado por Guy Debord será tomado como objeto privilegiado nessa análise, como também os Aparelhos Ideológicos de Estado de Althusser, a questão da democracia em Poulantzas e a indústria cultural de Adorno e Horkheimer. A partir disso serão traçadas considerações sobre o desenvolvimento do sistema capitalista, bem como o de suas técnicas e funcionamento a fim de elucidar o tipo de dominação que está posta pelo sistema político e econômico moderno.

Palavras-chave: Capitalismo; Sociedade do Espetáculo; Aparelhos de Estado; Democracia; Indústria cultural

Abstract: This article focuses on a critical approach to the ideological reproduction of capitalism in the last century, with emphasis on the improvement of its strategies and consequently control of subjectivities in order to impose itself as the social order. Thus, the spectacle, concept developed by Guy Debord will be taken as a privileged object of analysis, as well as the ideological state apparatuses of Althusser, the question of democracy in Poulantzas and the cultural industry of Adorno and Horkheimer. From this analysis, it will be drawn some considerations upon the development of the capitalistic system, as well as of its technique and functioning in order to elucidate the type of domination that is imposed by the modern political and economic system.

Keywords: Capitalism; Spectacle Society; State Apparatuses; Democracy; Cultural Industry.

O presente artigo tem por objetivo discutir algumas estratégias do sistema capitalista, de modo a questionar o seu caráter de dominação e de ideologia aos quais estão sujeitos os indivíduos modernos, frente à ideia de liberdade e democracia. Tomando como ponto de partida a ideia de *Sociedade do Espetáculo*, proposta por Guy Debord no final da década de 1960 e de um estudo prévio das teorias marxistas foi possível perceber que, com o desenvolvimento do processo histórico e das forças produtivas, a dominação do Estado capitalista deixa de ser majoritariamente repressiva e passa para um domínio de controle ideológico, de forma subjetiva.

Desse modo, na modernidade, essas duas caracterizações se confluem de maneira a garantir maior eficiência tanto da dominação de uma elite capitalista, quanto da própria produção material da sociedade. O refinamento seria então uma especialização das técnicas de dominação, a partir de instituições de controle ideológico, responsáveis por perpetuar essa prática capitalista, através da internalização da falsa necessidade de consumo. Essa dominação é também criadora de subjetividade, a partir do momento que o modelo produtivo cria “liberdades” de escolha, mas que ainda estão inscritas dentro da gama de possibilidades que o sistema capitalista reproduz.

Para realização da proposta, inicialmente fizemos uma volta ao pensamento de Marx (1996) para entender o surgimento do capitalismo moderno, a partir do processo de acumulação, chegando ao ponto em que a mercadoria é fetichizada, consolidando um importante processo para a posterior espetacularização da vida. De onde pudemos, através de Althusser (1974), buscar um entendimento de como se sustenta e se reproduz de maneira única o capitalismo na modernidade, bem como os mecanismos inerentes a esse processo, com foco em sua análise sobre ideologia e Estado. Trazendo a partir de então dois exemplos de como se dá o refinamento proposto, primeiro, com base no pensamento de Poulantzas (1980), através da análise do discurso democrático e das práticas do Estado moderno que garantem o seu papel na reprodução das lógicas produtivas, e depois através da abordagem sobre a Indústria Cultural de Adorno e Horkheimer (1985), por meio de uma justaposição aos conceitos de ideologia, tempo-mercadoria e espetáculo elaborados por Guy Debord (2013).

1. Desenvolvimento do sistema capitalista: do excedente ao espetáculo

Para abordar a *sociedade do espetáculo* de Guy Debord (2013), se faz necessário analisar a sociedade capitalista a partir das colocações de Karl Marx (1996) acerca das transformações sociais que levam à sua formação e é deste prisma que o presente trabalho se iniciará. Segundo o autor alemão, a sociedade capitalista se consolida a partir da dissolução da estrutura econômica da sociedade feudal com a primeira revolução industrial, quando os meios de produção são usurpados do camponês, que passa a ter somente a sua força de trabalho para oferecer neste contexto das relações de troca. Deste modo, temos a subjugação do trabalhador como ponto de partida para o surgimento e desenvolvimento da sociedade capitalista:

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista

não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1996, p. 961).

Seguindo o raciocínio de Marx (1996), num primeiro momento, dinheiro, mercadoria e meios de produção não se constituíam enquanto capital e essa transformação seria absolutamente necessária para a consolidação definitiva de um esquema social tipicamente capitalista, que surgiria a partir da relação entre aqueles que teriam somente a própria força de trabalho para oferecer – os trabalhadores livres – e os possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que comprariam sua força de trabalho.

No início do capitalismo, o proletariado era visto apenas como operariado, devendo receber o necessário para sua sobrevivência. No entanto, na modernidade, a produção de excedente, por meio da colaboração do primeiro em forma de trabalho não pago e alienado, promove a abundância, o novo fim da sociedade capitalista. A alienação se dá de várias formas; por meio da ocupação praticamente total do tempo do trabalhador, em que ele perde sua capacidade reflexiva sobre aquilo que exerce, passando a ser mero consumidor e reproduzidor do capital, não percebendo que sua própria essência está no produto. Ao invés disso, ele recebe um salário. O trabalho é, portanto, não para ele, mas para o outro, além de lhe causar sofrimento. Outra forma de alienação está no fato do sujeito se tornar indivíduo e não mais pertencente ao gênero humano, pois se separa de sua essência de trabalhador multifacetado para apenas exercer uma tarefa. Por fim, essa alienação do homem em relação à humanidade, o torna vazio, sem significado de vida, pois o trabalho não o preenche e a vida se torna objetificada (coisificada ou reificada, nos termos do autor), apenas voltada para o consumo de bens materiais, o que está diretamente ligado a concepção debordiana da perda da essência vital no mundo moderno.

Segundo Debord (2013), o espetáculo é o capital em tal grau de transformação que se transfigura em imagem, assim separando-se da realidade, o que ocorre de forma bilateral, pois sua influência nas relações sociais é tanta que passa a fazer parte da vida, ainda que seja uma visão superficial dela. A abstração vem da visão, que gera um comportamento hipnótico e torna o espetáculo o herdeiro de toda a fraqueza do projeto filosófico da sociedade ocidental. Desse modo, o espetáculo é a afirmação do modelo consumista da sociedade capitalista, estando associado ao modo de produção, a partir do momento em que forma imagens objetos de consumo, cujo objetivo é alimentar a economia, que, por sua vez, ocupa lugar quase místico na modernidade, transformando o que antes era valorizado na vida, o “ser”, em “ter”. Seguindo esta metáfora, o espetáculo, por fim, se transformaria em “aparentar ter”, a radicalização da imagem.

Enquanto reflexo e sustentação de uma visão econômica do viver, as imagens tornam-se fonte de poder e dominação em uma sociedade hierárquica, que busca passar aquilo “que é bom”, como algo inacessível, quase religioso. Com a Revolução Industrial, a mercadoria passa a ocupar um espaço muito importante na vida das pessoas e a economia passa a dominar como ciência. O espetáculo é o instante em que a mercadoria preenche completamente a vida social e só é vista no mundo visível. A produção econômica moderna estende a sua ditadura extensiva e intensivamente, até mesmo em lugares menos industrializados (DEBORD, 2013). Nessas zonas, o consumo torna-se dever para as massas tanto quanto a sua produção alienada.

A mercadoria passa a ter um caráter recôndito na esfera de sua circulação, principalmente por causa do ofuscamento das relações sociais que são intrínsecas à mesma. Com esse processo, surge o fetichismo da mercadoria, em que o trabalho passa a ser visto como algo material, que não mais é inerente à mercadoria, mas sim separado desta, levando-a a se tornar definida por ela mesma. Nesse sentido, a mercadoria praticamente passa a ter vida própria, comandando o modo de produção, embora todo o processo que se seguiu tenha sido realizado e posteriormente consumido pelo homem. Ou seja, “desvenda-se o caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam” (MARX, 1996, p 34). Diante disso, o ser humano passa a adorar essa mercadoria e acaba se esquecendo do caráter social em que foi produzida. Deixa-se encoberto o caráter de trabalho que esses indivíduos foram submetidos para que essa mercadoria chegasse em seu estágio final.

2. O espetáculo e a ideologia como procedimento

Guy Debord (2013) apresenta uma análise crítica da história do desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças que resultaram desse processo, consolidando o sistema capitalista que fundamenta toda a vida moderna em uma sociedade do espetáculo; modelo social que é “simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente” (DEBORD, 2013, p.15). Sendo assim, temos uma vida estruturada a partir de uma elite capitalista dominante, através da completa alienação dos indivíduos que vivem o espetáculo como forma de se justificar e se reproduzir. De modo que o espetáculo se coloca ao mesmo tempo como parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação (DEBORD, 2013), configurando uma visão de mundo que se traduz materialmente.

Aprofundando um pouco mais, o autor coloca que a possibilidade de formação de excedente, primeiramente de mercadorias (alimentos) e posteriormente de dinheiro, permitiu que os indivíduos não mais se digladiassem por condições básicas de subsistência, resultando em tempo livre para ser aplicado em outras atividades. Porém, uma vez dada essa transição das condições de sobrevivência, frente ao medo da escassez, os indivíduos foram condicionados à uma lógica produtiva, a uma racionalidade econômica dos modos de vida. E é nesse ponto em que o espetáculo se consolida como mecanismo de sustentação e reprodução do sistema econômico dominante, momento em que a mercantilização monopoliza a vida em sociedade. Mas o que falta à consciência destes indivíduos, agora organizados enquanto proletários, é saber que o mundo que eles estão reproduzindo não é o qual eles fazem parte, o que se tem é um discurso forjado em expectativas, ilusões e aparências em que a busca incessante por ter nunca se finda. São vários espetáculos se sobrepondo às formas cognitivas, criando falsas necessidades que aprisionam os indivíduos cada vez mais em seus postos de trabalho, e o pouco tempo livre que ainda os resta mal serve para recuperar da exaustão consequente da produtividade. A reflexividade se nivela por baixo, refletindo as condições materiais nas quais eles estão inseridos.

Para entender melhor como o espetáculo opera em um sentido de refinar as estratégias de reprodução ideológica do capitalismo, temos que considerar alguns atores na múltipla rede de relações que configuram a modernidade, entre eles, o Estado e a Industrial Cultural. A partir de Louis Althusser (1974) podemos adentrar melhor nessa discussão. A princípio para que se tenha a reprodução das relações de produção por meio de uma ideologia posta, não basta apenas

pagar salários aos trabalhadores, de modo a engendrar a qualificação – ainda que aquele seja indispensável –, mas ao mesmo tempo, tem de existir a reprodução da submissão dos trabalhadores à ordem determinada e a “capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, pela palavra, a dominação da classe dominante” (ALTHUSSER, 1974, p.22), de maneira que a força de trabalho nesse sistema é garantida por meio da subordinação ideológica.

Porém, ainda é preciso saber: como que a ideologia se faz e age sobre os indivíduos? Para isso é preciso voltar à teoria de Marx, uma vez que ele considera a sociedade estruturada a partir de diferentes níveis que se articulam entre si. Sendo eles a infraestrutura – que são os meios de produzir a existência; relações de produção – e a superestrutura – que são as esferas política, jurídica, religiosa etc. instituições responsáveis pela produção ideológica. Segundo a lógica apresentada por Marx, a infraestrutura material e econômica determina a superestrutura política ideológica, fato que também está posto em Debord (2013) na medida em que parte desse processo pode ser percebido na ilusão inerente aos atos de produção e consumo da sociedade capitalista, conformando o que ele chama de espetáculo. No entanto, o espetáculo enquanto forma de produção do capitalismo contemporâneo extrapola os limites superestruturais, tal como posto por Althusser e anteriormente por Marx. Pois na medida em que a lógica da eficiência e do cálculo - categorias essenciais para que o capitalista obtenha a mais valia - passam a compor os aparelhos ideológicos de estado, como veremos a seguir, também se transformam em ideologia, de modo que a racionalidade passa a perder espaço na esfera pública, como bem apontado por Habermas (1987). A questão ainda levantada pelo autor alemão versa sobre a capacidade que os indivíduos tiveram de dominar a natureza, chegando ao ponto em que tal processo se intensificou de maneira jamais vista com o desenvolvimento das forças produtivas e consequente transformação do capitalismo ao longo da história, onde o próprio homem tornou-se objeto de sua dominação. Assim o esclarecimento [1] que já foi libertador, agora não faz mais do que aprisionar os indivíduos. De forma que o Estado se coloca como a reverberação dos processos técnicos e científicos intrínsecos aos aparelhos ideológicos conformando toda a sociedade.

Focando então nos aparelhos ideológicos do Estado, temos principalmente a partir deles a reprodução da ideologia capitalista feita por meio do espetáculo que acaba estruturando a subjetividade dos indivíduos, de modo que, uma vez condicionados a esse sistema, as condições de saída e libertação das massas se configuram em uma luta complexa e assimétrica – já que o capital detém o monopólio ideológico e repressivo –, questão que é custosa aos estudos das ciências humanas. Porém é preciso esclarecer melhor esta conexão que se dá entre os Aparelhos Ideológicos de Estado, ideologia capitalista e o Espetáculo. Althusser explica seu conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) como estabelecido enquanto um conjunto de instituições – escolar, familiar, jurídico, político, sindical, informacional, cultural –, sendo um mecanismo fundamental da luta de classes, uma vez que têm por função garantir a exploração capitalista por meio da dominação ideológica. Eles são os locais por onde a ideologia se cria e se efetiva, sendo assim, as instituições que compõem os aparelhos ideológicos de Estado são palcos de disputas entre capitalistas e proletariado. De forma que para uma mudança no *modus operandi* da sociedade capitalista moderna seria necessário o controle dos aparelhos ideológicos de

Estado por meio dos proletários, reproduzindo então uma ideologia da maioria. Porém seria necessária uma análise detalhada de todas as instituições que compõem os Aparelhos Ideológicos de Estado para que fosse possível entender suas dinâmicas, suas complexidades e como superá-las. Aqui nos atentaremos em demonstrar como que três destes conjuntos de instituições atuam de maneira muito intensa e complexa na modernidade, que são os Aparelhos Ideológicos de Estado voltados para a política –o sistema político –, e aqueles que são voltados para a informação e para a cultura – imprensa, rádio, televisão, letras, belas artes, etc (ALTHUSSER, 1974). O AIE político será compreendido através do Estado enquanto *locus* de reprodução e manutenção das instituições e discursos democráticos que imperam ao menos desde o início da modernidade, travestidos de liberdade, igualdade e fraternidade [2], ao passo que os aparelhos de informação e cultura serão entendidos a partir do conceito de Indústria Cultural [3], onde espetáculo se coloca para ambos como força motriz da reprodução da ideologia capitalista.

3. Espetáculo democrático de direito

Desde a Revolução Americana, juntamente ao processo de maturação do sistema capitalista, surgiu uma crescente onda de revoluções democráticas que varreu o mundo, principalmente ao longo do século XX. Como já foi dito, segundo a teoria marxista, as mudanças nos processos de produção (infraestrutura) gerados pela acumulação de capital reverberam também nas organizações políticas (superestrutura), de forma que, acompanhando as mudanças econômicas que se intensificavam, o Estado moderno acaba por se consolidar em seus novos moldes. Entretanto, não se pode esquecer que esta é uma relação de mão dupla: ao mesmo tempo que o Estado e as instituições políticas se apoiam nas relações de produção, ele também as reforçam por meio de seus aparelhos de repressão e ideológicos. A democracia, então, se consolida como paradigma do Estado moderno e como seu principal constructo político-ideológico espetacularizante, pois inverte a lógica do real, deixando transparecer somente uma unidade totalizante, enquanto esconde as contradições de classe inerentes ao sistema capitalista. "O espetáculo, da mesma forma que a moderna sociedade, está ao mesmo tempo unido e dividido" (DEBORD, 2003, p. 39). Portanto, a pergunta que nos cabe tentar responder aqui é: através de quais mecanismos a democracia moderna constrói o seu espetáculo?

O primeiro mecanismo espetacularizante do discurso democrático surge com a *égalité* francesa, marcada no artigo primeiro da Declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789 [3]. Através da crescente burocratização do Estado e do crescimento da dominação racional legal, o princípio da igualdade acaba por implicar em “uma atomização e parcelarização do corpo político nisso que se designa de indivíduos” (POULANTZAS, 1981, p. 70). Essa individualização ordena todas as bases político jurídicas do Estado de forma que os sujeitos políticos passam a se ver somente como cidadãos e não mais como membros de uma determinada classe social. O ideal de liberdade democrática unifica todos os sujeitos perante a lei, mas também os fragmenta e contribui para a alienação das massas frente as explorações econômicas. Todo ordenamento jurídico se estrutura com base no cidadão e, portanto, serve a dupla função de homogeneizar as condições, mas também de as criar e reproduzir. E é também através do domínio da lei que o Estado se aproveita de um novo espaço para exercer o seu poder

de maneira mais refinada, não mais sendo necessária a violência sobre os corpos (Aparelhos Repressivos de Estado) pois há a possibilidade do controle pela normatização (Aparelhos Ideológicos de Estado).

Com a individualização dos sujeitos políticos, o Estado centralizado passa a ser o principal representante do corpo social, contribuindo para a solidificação da ideia de Estado-nação que surge como o segundo mecanismo espetacularizante. Esse conceito se constrói através da intrínseca relação entre seus termos, onde a nação se apresenta como o conjunto dos indivíduos fragmentados, que se delimitam tanto espacialmente através do seu território, quanto temporalmente através de suas tradições (POULANTZAS, 1981) e o Estado se apresenta como representante da vontade geral deste todo. Entretanto, a vontade geral é só a imagem que se deixa mostrar, o espetáculo da nação, pois o Estado ainda mantém em seu cerne suas características de classe. Como as classes dominantes ainda possuem o controle dos centros reais de poder da administração pública, elas fazem com que a “vontade geral” passe a se conciliar com os seus interesses particulares. Facilita ainda mais este processo a falsa separação que se construiu entre o Estado e a economia, com a primazia desta última como uma ciência objetiva. Desta forma, os interesses da burguesia, travestidos de vontade-geral, podem guiar os fluxos de materialidade do Estado para a manutenção econômica sob a luz de uma falsa objetividade e, conseqüentemente, a manutenção dos processos de produção capitalista e suas opressões. O que é (a realidade), se resume ao que aparenta ser (o espetáculo).

Até agora, os dois processos apresentados – a individualização e o Estado-nacional – por mais que se encontrem no centro das democracias modernas, também podem estar (e estão) presentes em Estados modernos não democráticos. O terceiro processo espetacularizante, o das eleições, no entanto, é típico do regime democrático. Os sujeitos políticos, agora individualizados e tendo o Estado-nação como representante de sua vontade “unificada”, se utilizam do voto para escolher os seus representantes, que irão compor o corpo administrativo do Estado. Assim, as massas delegam a sua agência política aos seus representantes, passando a ter uma posição passiva e reativa em relação à política. Muito similar ao que acontece com a mercadoria, o voto encobre o papel dos sujeitos como produtores políticos para transformá-los em meros consumidores dos candidatos que lhes são oferecidos. As eleições passam a ocupar e delimitar todo o espaço da vida política das pessoas, tornando qualquer outra possibilidade de atuação impensável. Podemos, então, estender as palavras de Debord (2013) quando diz que “o espetáculo é uma constante guerra do ópio para confundir bem com mercadoria; satisfação com sobrevivência [...]” (DEBORD, 2013, p. 34); eleições com política.

Para além da separação entre o sujeito e a atuação política, as eleições também criam espaço para novas oposições espetaculares. Os conflitos políticos entre partidos distintos passam a representar as cisões da unidade totalizante, ao mesmo tempo em que suprimem a consciência das cisões reais que marcam a vida dos sujeitos. “A luta dos poderes [...] se desenrola como contradição oficial, mas que pertence de fato à unidade real” (DEBORD, 2013, p. 40). Dentro do Estado democrático, os partidos lutam pela administração do mesmo sistema socioeconômico e, portanto, não há contradições entre eles que não sejam espetaculares. A escolha que o processo eleitoral constrói nada mais é do que a “justaposição de espetáculos concorrenciais e solidários” (DEBORD, 2013, p. 45), da mesma forma que a escolha gerada pela

abundância de mercadorias. Ambas são escolhas falsas e sem qualquer efeito real, pois não alteram em absoluto a natureza espetacular do voto e da mercadoria; escolhe-se apenas a máscara a ser apresentada.

Dentre os espetáculos que se sobrepõem nas sociedades modernas, o Estado democrático de direito é um dos que se apresenta de maneira mais central. Os seus processos espetacularizantes, aqui apresentados, chancelam as relações produtivas assimétricas, dando-as a legitimidade da democracia. A alienação das massas em relação a sua agência e força política garante que estas poderão ser melhor e mais docilmente conduzidas na direção dos interesses das elites que mantêm o poder real do Estado. Por fim, quando o conceito de democracia se apresenta com bases tão contraditória, tão antidemocrática, por detrás da falsa unidade espetacular, não é de se espantar que Marx vá chamar, ironicamente, uma organização política que leve em conta a agência das massas de ditadura. O espetáculo inverte a realidade e seus sentidos na reprodução de si mesmo.

4. Cultura e indústria espetacular

O espetáculo, para Debord (2013), exige uma “aceitação passiva” que é reflexo do monopólio da aparência que resulta de sua mensagem única “o que aparece é bom, o que é bom aparece” (DEBORD, 2013, p. 12). O espetáculo é a relação social mediatizada por imagens-mercadorias, que passam a ditar o tempo e movimento da vida dos indivíduos no capitalismo como o conhecemos atualmente. Para pensar o papel espetacular e, portanto, ideológico, que opera na produção de arte consumível voltada para as massas e na sua relação com os trabalhadores-consumidores, o conceito de Indústria Cultural aparece como caminho.

Adorno e Horkheimer (1984) dedicam-se a um estudo do que chamam de indústria cultural em *Dialética do esclarecimento*. Para os autores, o cinema e o rádio seriam meios de produção e difusão de um sistema ideológico. A indústria cultural é, então, um instrumento de unificação dos indivíduos, que se apoiaria na idolatria desse espetáculo por parte da sociedade. Na medida em que essa unificação cultural se dá através da “falsa identidade do universal e do particular” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 99), a produção de cultura de massas é idêntica em todo lugar e opera no sentido de mercado de forma declarada, em lógica industrial de produção. Debord (2013) também fala do espetáculo como cosmovisão materialmente traduzida, a cristalização de uma perspectiva, reforçando que o espetáculo é não só parte da (ou a própria) sociedade, mas também o instrumento de unificação social.

Nesse processo de unificação, Guy Debord (2013) chama atenção para a percepção de um tempo espetacular, que não é histórico, já que não há consciência humana na produção, mas um tempo da economia, marcado pelo ritmo da produção de mercadoria e consumo, que agora se dá em esfera global. Isso significa que o tempo que é sentido como único é na verdade particular: “a dominação social do tempo-mercadoria” (DEBORD, 2013, p. 101). Esse tempo da produção mercadológica é reflexo da sincronização dos relógios para o funcionamento do modelo capitalista globalizado, mas tem sua potência pelo fato de operar não só nas fábricas, no processo de controle da produção em si, mas também no horário “livre” desses trabalhadores, que continuam monitorados e reprodutores dessa lógica que beneficia aos detentores dos meios de produção, já que a sociedade do consumo passa a existir em tempo consumível – turismo,

cinema, televisão, etc. O processo de espetacularização se dá através dessa falsa consciência do tempo, “materializada” de forma aparente, que acontece através da publicidade e de imagens sociais de consumo.

Adorno e Horkheimer falam sobre como a racionalidade técnica é na sociedade a racionalidade da própria dominação, isso pois, alienada de si mesma, a sociedade só pode viver a racionalidade que se apresenta como dominante e total: “O paradoxo da rotina travestida de natureza pode ser notado em todas as manifestações da indústria cultural, e em muitas ele é tangível.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 105). A exclusão do novo é para a dupla um aspecto fundamental da cultura de massas na fase em que se encontrava, “a máquina gira sem sair do lugar”, pois, determinando o consumo a priori, ela descarta o risco da ausência de controle sobre o novo. Essa característica dialoga com a característica pseudocíclica do tempo unificado da produção como pensado por Debord (2013), em que o consumo da sobrevivência moderna – a sobrevivência aumentada – é pseudonaturalizado através da alienação e passa a operar por processos análogos aos que operavam na pré-modernidade – dia e noite, trabalho e repouso. Como espécie de “disfarce consumível do tempo-mercadoria da produção [...] ele deve estar carregado de pseudovalorizações e aparecer numa sucessão de momentos falsamente individualizados.” (DEBORD, 2013, p. 102).

Outro ponto abordado por Adorno e Horkheimer (1985) é o processo de transição da arte para a esfera do consumo. A produção em massa da indústria é feita de forma a encontrar o consumidor de diferentes públicos, através de uma hierarquia de qualidades, que não necessariamente influencia no conteúdo - já que “o esquematismo do procedimento mostra-se no fato de que os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre como a mesma coisa” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 101) - mas sim em sua utilidade de “quantificação mais completa” da sociedade. Cada indivíduo deve então se comportar segundo o seu “nível”, na escolha individual dos produtos que foram fabricados em massa. Debord (2013) explica esse aspecto da produção capitalista como fragmentos de consumo direcionados, que visam individualizar o que é, na verdade, homogeneizante, e que funciona e se reproduz pela alienação ideológica que tem sentido a partir de uma busca incessante pela aparência do “ter”, em detrimento do “ser”.

A ideia de cultura aparece no pensamento dos três autores de formas diferentes, porém complementares. Para Adorno e Horkheimer, “Falar em cultura foi sempre contrário à cultura.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 107), isso pois a cultura seria introduzida no domínio da administração através de levantamentos estatísticos, catalogação e classificação. Sendo assim, ao voltar “todos os setores da produção espiritual” para ocupar e dar sentido à vida do trabalhador em seu tempo “livre” fora da fábrica, o processo não é de unidade cultural mas de produção industrial massiva. Debord define cultura como “poder de generalização existente à parte” (DEBORD, 2013, p. 116). A cultura teria sido dissociada da unidade da sociedade no mito para inaugurar um “movimento imperialista de enriquecimento”, sendo o lugar da procura por uma unidade agora perdida. O espetáculo teria “função de fazer esquecer a história na cultura”, a cultura passando a atuar como mercadoria, sendo motor de desenvolvimento econômico.

Em uma sociedade de classes a ideologia é base do pensamento. Debord (2013) percebe o espetáculo enquanto “ideologia por excelência”, ilusão que separa o homem de sua própria vida

e permite apenas a “consciência espectadora”, que tem na representação e na mimetização, possibilitadas pelo consumo, um sentimento de existência. Assim, o entendimento da história econômica como história unificada, que dá sentido à ideologia que se traduz e reproduz na espetacularização da vida, é a própria vigência do pensamento burguês em sua hegemonia e disseminação na sociedade, operando como modelo unificante através da alienação do produtor-consumidor.

4. Cultura e indústria espetacular

No último século a sociedade mundial passou por grandes mudanças estruturais, tanto no campo material quanto no ideal, modificando todas as esferas da vida em sociedade, como é mostrado por Guy Debord (2013) em sua obra *A Sociedade do Espetáculo*. Desta forma, através de uma concepção materialista da história, que parte da tese de que “a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social” (ENGELS, 1999, p.95), podemos entender como que, em companhia dessas mudanças, os mecanismos de reprodução do sistema capitalista na modernidade se complexificaram.

Dito isto, temos que “os fatos ideológicos não foram nunca simples quimeras, mas a consciência deformada da realidade, e, enquanto tais, fatores reais exercendo, por sua vez, uma real ação deformada” (DEBORD, 2013, p. 160). Para elucidar tal afirmação, tentamos por meio dos teóricos marxistas, apontar para os condicionamentos postos na realidade, tentando consolidar o processo de deformação que, por meio da ação dos aparelhos de estado, aliena todo o produto do homem, seja econômico, político ou cultural.

O espetáculo ocupa todas as esferas da vida social e nelas incute a lógica mercantil capitalista, unificando o mundo sob a efígie da mercadoria, ao mesmo tempo que desloca o homem de sua vida real para uma espetacular. A sobreposição de imagens e discursos que se constrói e se repetem incessantemente levam a uma naturalização da falsa consciência produzida e a lógica das relações de produção – baseada na técnica e na ciência – se torna verdade incontestável. 🌀

NOTAS

* Estudantes, a época, do 6º (Gisele Rodrigues) e 8º (Carlos do Rego, Ceci da Cunha, Luísa de Siqueira, Maryalua Silva e Marianna Teixeira) períodos do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ)

[1] Esclarecimento como apresentado por Adorno e Horkheimer In: ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. (1985), *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores

[2] Lema da Revolução Francesa, como também da democracia liberal

[3] Conceito criado por Theodor Adorno e Max Horkheimer para compreender a sociedade capitalista moderna. Retirado da obra *A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas* In: *A dialética do esclarecimento*

[4] “Article premier – Les hommes naissent et demeurent libres et égaux. Les distinctions sociales ne peuvent être fondées que sur l'utilité commune”

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 99-138, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Biblioteca de Ciências Humanas, Editorial Presença / Martins Fontes, 1974.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Versão para eBook, eBooksBrasil.com, 2013. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebooks/socespetaculo.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. eBooksBrasil.com, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socialismoutopico.pdf> Acesso em: 23 jul. 2016.

FRANÇA, Ministério da Justiça. **Déclaration des droits de l'homme et du citoyen de 1789**. [S.l.: s.n.] 2001. Disponível em <http://www.textes.justice.gouv.fr/textes-fondamentaux-10086/droits-de-lhomme-et-libertes-fondamentales-10087/declaration-des-droits-de-lhomme-et-du-citoyen-de-1789-10116.html>. Acesso em: 22 jul. 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

Recebido em 20/09/2016

Aprovado em 24/04/2017